

Inventário de Dados Pessoais – Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nome do Serviço: SAPIENS - Assessoramento jurídico contencioso judicial

Nome do Operador: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

Setor completo: CJ/GM/MJSP

Em qual fase do ciclo de vida o Operador atua? Coleta (obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, sistema de informação etc.); Retenção (arquivamento ou armazenamento de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, banco de dados, arquivo de aço etc.); Processamento (qualquer operação que envolva classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação de dados pessoais); Compartilhamento (qualquer operação que envolva transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão e compartilhamento de dados pessoais);

Etapas do tratamento: Coleta = via documento digitalizado no SEI ou no SAPIENS

Retenção = via arquivamento dos processos SEI e SAPIENS

Processamento = via lançamento do nome e informações funcionais (cargo, função, número SIAPE) em manifestações jurídicas e atos administrativos específicos

Compartilhamento = Remessa de dados pessoais em manifestações jurídicas para o Poder Judiciário, Ministério Público e publicação de atos ministeriais no Diário Oficial da União e nos Boletins de Serviço.

Eliminação = não se aplica

Abrangência da área geográfica do tratamento: Nacional

Fonte de dados utilizada para obtenção dos dados pessoais: Titular dos dados pessoais

Hipótese de Tratamento: Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.;

Finalidade: No caso do assessoramento jurídico em contencioso judicial é importante identificar precisamente os interessados para a defesa adequada dos interesses da União nos processos judiciais em que seja parte.

Previsão legal: Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Resultados pretendidos para o titular de dados: Ser tratado na esfera judicial de forma adequada, individualizada e precisa.

Benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo:

Assegurar a eficiência da Administração Pública na gestão do contencioso judicial.

Informações de identificação pessoal: São tratados dados de identificação pessoal.

Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais: São tratadas informações de identificação atribuídas por instituições governamentais.

Dados de identificação eletrônica: não se aplica.

Dados de localização eletrônica: não se aplica.

Dados de identificação financeira: não se aplica.

Recursos financeiros: não se aplica.

Dívidas e despesas: não se aplica.

Situação financeira (Solvência): não se aplica.

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito: não se aplica.

Assistência financeira: não se aplica.

Detalhes da apólice de seguro: não se aplica.

Detalhes do plano de pensão: não se aplica.

Transações financeiras: não se aplica.

Compensação: não se aplica.

Atividades profissionais: não se aplica.

Acordos e ajustes: não se aplica.

Autorizações ou consentimentos: não se aplica.

Detalhes pessoais: Eventualmente, a depender do caso, são tratados dados como Idade, sexo, data de nascimento, local de nascimento, estado civil, nacionalidade. A retenção se dá pelos sistemas SEI e SAPIENS, e posteriormente ao uso os dados são arquivados nos próprios sistemas.

Detalhes militares: Não se aplica.

Situação de Imigração: Eventualmente, a depender do caso, são tratados dados como visto,

autorização de trabalho, limitações de residência ou movimentação, condições especiais relacionadas à autorização de residência etc. A retenção se dá pelos sistemas SEI e SAPIENS, e posteriormente ao uso os dados são arquivados nos próprios sistemas.

Descrição Física: Não se aplica.

Dados de identificação financeira 2: Não se aplica.

Recursos financeiros 2: Não se aplica.

Dívidas e despesas 2: Não se aplica.

Situação financeira (Solvência) 2: Não se aplica.

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito 2: Não se aplica.

Assistência financeira 2: Não se aplica.

Detalhes da apólice de seguro 2: Não se aplica.

Detalhes do plano de pensão 2: Não se aplica.

Transações financeiras 2: Não se aplica.

Compensação: Não se aplica.

Atividades profissionais 2: Não se aplica.

Acordos e ajustes 2: Não se aplica.

Detalhes pessoais 2: São tratados, eventualmente, dados como Idade, sexo, data de nascimento, local de nascimento, estado civil, nacionalidade. Após o encerramento do processo administrativo, os autos são arquivados no SAPIENS e no SEI.

Detalhes militares 2: Não se aplica.

Situação de Imigração 2: São tratados, eventualmente, dados como visto, autorização de trabalho, limitações de residência ou movimentação, condições especiais relacionadas à autorização de residência, etc. Após o encerramento do processo administrativo, os autos são arquivados no SAPIENS e no SEI.

Descrição Física 2: Não se aplica.

Hábitos: Não se aplica.

Estilo de vida: Não se aplica.

Viagens e deslocamentos: Não se aplica.

Contatos sociais: Não se aplica.

Posses: Não se aplica.

Denúncias, incidentes ou acidentes: Não se aplica.

Distinções: Não se aplica.

Uso de mídia: Não se aplica.

Descrição Psicológica: Não se aplica.

Casamento ou forma atual de coabitação: Não se aplica.

Histórico conjugal: Não se aplica.

Familiares ou membros da família: Não se aplica.

Atividades e interesses de lazer: Não se aplica.

Associações (exceto profissionais, políticas, em sindicatos ou qualquer outra associação que se enquadre em dados pessoais sensíveis): Não se aplica.

Suspeitas: Não se aplica.

Condenações e sentenças: São tratados dados sobre condenações e sentenças, etc. Após o encerramento do processo administrativo, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Ações judiciais: São tratados dados sobre tutela, guarda temporária ou definitiva, interdição, adoção, etc. Após o encerramento do processo administrativo, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Penalidades Administrativas: São tratados dados sobre multas, processo disciplinar, advertências, bem como qualquer outro tipo de penalidade ou sanção administrativa prevista em leis, normas e regulamentos. Após o encerramento do processo administrativo, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Dados de bens e serviços: Não se aplica.

Residência: Não se aplica.

Dados acadêmicos/escolares: Não se aplica.

Registros financeiros do curso/treinamento: Não se aplica.

Qualificação e experiência profissional: Não se aplica.

Emprego atual: Não se aplica.

Recrutamento: Não se aplica.

Rescisão de trabalho: Não se aplica.

Carreira: Não se aplica.

Absentismo e disciplina: São tratados dados sobre registros de absentismo, motivos de ausência, medidas disciplinares, etc. Após o encerramento do uso, os dados arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Avaliação de Desempenho: São tratados dados sobre avaliação de desempenho ou qualquer outro tipo de análise de qualificação ou habilidades profissionais etc. Após o encerramento do uso, os dados arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Vídeo e imagem: São tratados arquivos de vídeos, fotos digitais, fitas de vídeo, etc. Após o uso, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Imagem de Vigilância: São tratados imagens e/ou vídeos de câmeras de segurança/vigilância (ex: CFTV), etc. Após o uso, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Voz: São tratadas fitas e arquivos digitais de voz, bem como outros registros de gravações de voz etc. Após o uso, os dados são arquivados nos sistemas SEI e SAPIENS.

Ocorrência Policial: Dados como "Número do boletim de ocorrência, data do fato, Delegacia de registro e Data do registro da ocorrência" são tratados. Após o uso, os dados são arquivados no SEI e SAPIENS

Desaparecimento: Não se aplica.

Dados que revelam origem racial ou ética: Não se aplica.

Dados que revelam convicção religiosa: Não se aplica.

Dados que revelam opinião política: Não se aplica.

Dados que revelam filiação a sindicato: Não se aplica.

Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso: Não se aplica.

Dados que revelam filiação ou crença filosófica: Não se aplica.

Dados que revelam filiação ou preferências política: Não se aplica.

Dados referentes à saúde ou à vida sexual: Não se aplica.

Dados genéticos: Não se aplica.

Dados biométricos: Não se aplica.

Frequência de tratamento dos dados pessoais: Não se aplica.

Quantidade de dados pessoais tratados: 6

Quantidade de dados pessoais sensíveis tratadas: 0

Trata dados de crianças e adolescentes? Não

Trata dados de outro grupo vulnerável? Não

Qual órgão ou entidade foi compartilhado? Poder Judiciário; Ministério Público; Ministério da Justiça;

Qual dados pessoais foram compartilhados? Nome, nacionalidade, número de SIAPE, CPF, endereço

Qual a finalidade do compartilhamento? Identificação precisa dos interessados em processo contencioso judicial.

Inserir medidas de segurança: Controle de Acesso e Privacidade; Controles de Acesso Lógico; Legitimidade e Especificação de Propósito; Registro de Eventos, Rastreabilidade e Salvaguarda de Logs; Responsabilização; Segurança Web; Uso, Retenção e Limitação de Divulgação;

Qual órgão ou entidade foi compartilhado: Não se aplica

Qual País: Não se aplica

Dados pessoais transferidos: Não se aplica